



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
Travessa Otacílio Florentino de Souza nº 210 - Centro
Major Vieira - SC
Fone: (47) 3655 - 1111

RELATÓRIO TÉCNICO

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA ESTRADA
GERAL DE COLÔNIA RUTHES – TR-02

Área Total de Pavimentação: 2.340,64 m²

Major Vieira
2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	5
INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	5
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES	5
1.1 - Placa de Obra.....	5
2.0 - TERRAPLANAGEM	6
2.1 - Regularização e Compactação de Subleito.....	6
2.2 - Escavação Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria.....	7
3.0 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	7
3.1 - Execução e Compactação de Sub base com Macadame Seco	7
3.2 - Execução e Compactação de Base com Brita Graduada.....	8
3.3 - Imprimação	8
3.4 - Pintura de Ligação	9
3.5 - Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	9
4.0 - DRENAGEM PLUVIAL	10
4.1 - Sarjeta Triangular de Concreto	10
4.2 - Transposição de Segmentos de Sarjeta	11
4.3 - Boca para Bueiro	12
5.0 - PASSEIOS	12
5.1 - Compactação de Aterro dos Passeios	12
5.2 - Lastro de Material Granular, Espessura de 5cm	13
6.0 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	13
6.1 - Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço com película retrorefletiva tipo I e SI.....	13
6.2 Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, com película retrorefletiva tipo I e SI.....	13

6.3 - Placa para Identificação Nome de Rua	14
6.4 - Pintura de Faixas com Tinta Retrorreflexiva a Base de Resina Acrílica com Microesferas de Vidro	14
7.0 - EXECUÇÃO E CONTROLE	15
7.1 - Responsabilidades.....	15
8.0 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	16
9.0 - LIMPEZA DA OBRA	16
10.0 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	16
11.0 - ESTUDO HIDROLÓGICO	17
11.1 - Introdução.....	17
11.2 - Coleta de Dados	17
11.2.1 - Características da Região.....	17
11.2.2 - Tipos Climáticos.....	17
11.2.3 - Dados Pluviométricos	19
11.2.4 - Precipitações Mensais	19
11.2.5 - Precipitações Diárias e Anuais.....	21
11.3 - Cálculo da Vazão.....	23
11.3.1 - Cálculo da Vazão Pelo Método Racional	23
11.3.2 - T - Período de Recorrência ou Retorno.....	24
11.3.3 - C - Coeficiente de Escoamento.....	24

APRESENTAÇÃO

O projeto de drenagem visou dotar às vias de dispositivos capazes de coletar e conduzir adequadamente as águas que incidem sobre as mesmas.

As presentes especificações têm como objetivo, fornecer informações para a execução de Serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL com área total de 2.340,64 m² na estrada da Localidade de Colônia Ruthes, conforme imagens abaixo.

Figura 01: Estradas da Localidade Colônia Ruthes



Fonte: Google Earth

Imagem 01: Estrada Localidade Colônia Ruthes



Fonte: O autor

Imagem 02: Estrada Localidade Colônia Ruthes



Fonte: O autor

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes neste memorial descritivo e em consonância a planilha orçamentária quantitativa físico-financeira e projeto arquitetônico.

É de responsabilidade da CONTRATADA/EMPRESA, o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra de primeira linha necessária ao cumprimento integral do objeto da licitação, baseando-se no projeto básico fornecido bem como no respectivo memorial descritivo, responsabilizando-se pelo atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, bem como pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT, CREA e demais pertinentes, normas de segurança, pagamento de encargos, taxas, emolumentos, etc., e por todos os danos causados às obras e ou serviços, bem como a terceiros, reparando, consertando, substituindo, ressarcindo, etc., os seus respectivos proprietários as suas plenas expensas.

Nenhuma alteração nas especificações poderá ser feita sem autorização por parte da Fiscalização responsável, que poderá impugnar qualquer trabalho feito em desacordo com os itens que compõe o projeto básico.

INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Periodicamente a obra deverá ser limpa, sendo procedida a remoção de todos os entulhos e detritos acumulados no decorrer dos trabalhos.

A contratada será responsável pelo fornecimento e fixação da placa de obra exigida pelos órgãos de fiscalização.

1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 - Placa de Obra

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no manual do Governo Estadual. Elas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas fixadas em estrutura de madeira e, material resistente às intempéries. Tamanho de (3,0 x 1,0 m).

As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade. As placas deverão ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. Recomenda-se que as placas sejam mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

2.0 - TERRAPLANAGEM

2.1 - Regularização e Compactação de Subleito

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito da via a ser pavimentada com a terraplanagem concluída.

Regularização é a operação que é executada prévia e isoladamente na construção de outra camada do pavimento, destinada a conformar o subleito, quando necessário, transversal e longitudinalmente. O grau de compactação deverá ser no mínimo, 80% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida na energia do Proctor Intermediário. São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização: motoniveladora com escarificador; rolos compactadores tipo pé-de-carneiro ou liso vibratório. Os equipamentos de compactação e mistura, serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e

poderão ser utilizados outros, que não os especificados acima, desde que aceitos pela Fiscalização.

2.2 - Escavação Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria

São segmentos cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem a plataforma de Projeto. No método executivo, as operações de corte compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto Geométrico. Deverá ser escavado para que o greide pavimentado esteja com a mesma elevação do nível do greide original da rua, ou com pequena elevação do mesmo, conforme projeto geométrico.

Os materiais escavados deverão ser transportados para locais previamente indicados pela fiscalização, de forma a não causar transtornos, provisórios ou definitivos, à obra. Serão empregados tratores equipados com lâminas, carregadoras conjugadas com outros equipamentos, escavadeira hidráulica e transportadores diversos. O material poderá ser reutilizado para o aterro dos passeios. A operação incluirá, complementarmente, a utilização de tratores e motoniveladoras, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho.

3.0 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

3.1 - Execução e Compactação de Sub-Base com Macadame Seco

Compreende as operações de espalhamento, mistura e umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada, na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Os materiais de sub-base serão explorados e preparados de acordo com as especificações complementares. Quando houver necessidade de executar camadas de sub-base com espessura superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de sub-base será de 30 cm, após a compactação. O grau de compactação deverá ser no mínimo 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima de ensaio +/- 2%.

3.2 - Execução e Compactação de Base com Brita Graduada

Esta especificação se aplica à execução de base de brita granular constituída de brita graduada. Os serviços somente poderão ser iniciados, após a conclusão dos serviços de terraplenagem e regularização do subleito, e deverão ser executados isoladamente da construção das outras camadas. Será executado em conformidade com as seções transversais tipo do projeto e compreenderá as seguintes operações: fornecimento, transporte, espalhamento, compactação e acabamento, a camada terá espessura de 15,0 cm, conforme especificado no projeto. Os serviços de construção da camada de base deverão ser executados mecanicamente, constando o equipamento mínimo necessário: moto niveladora com escarificador, carro tanque distribuidor de água, rolo compactador vibratório liso, caminhões basculantes para o transporte do material e carregadeira. Além destes, poderão ser utilizados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

O agregado para a base deverá estar isento de matéria vegetal e outras substâncias nocivas. O agregado para a base deverá possuir no mínimo 90% de partículas em peso, tendo pelo menos duas faces britadas.

O grau de compactação mínimo a ser requerido para cada camada de base será de 80% da energia AASHTO Modificado.

3.3 - Imprimação

Consiste na aplicação de camada de material asfáltico sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução do revestimento asfáltico, objetivando: aumentar a coesão da superfície da base, promover condições de aderência entre a base e o revestimento, impermeabilizar a base.

O material asfáltico a empregar, será asfalto diluído tipo CM-30.

A distribuição do ligante deverá ser feita por carros equipados com bombas de distribuição e reguladores de pressão, além do equipamento de aquecimento, permitindo uma distribuição uniforme do material asfáltico em larguras variáveis.

A distribuição do ligante na temperatura adequada será feita em velocidade constante controlada por tacômetros adaptados nos veículos para tal fim.

A taxa escolhida será aquela que permita a absorção do ligante em vinte e quatro (24) horas, determinado por experiência nas quais serão feitas aplicações com taxas compreendidas entre 0,8 e 1,6 litros de CM-30 por metro quadrado, adotado 1,2 l/m².

Antes de ser executada a imprimação, deverá ser removido todo o material solto existente sobre a camada a ser imprimada.

Caso a superfície se encontre demasiadamente seca ou pulverulenta deverá ser ligeiramente umedecida, mas o ligante não poderá ser aplicado enquanto toda a água não tiver sido absorvida. O teor de umidade da camada a ser imprimada não poderá ser superior à umidade ótima mais de 30% do seu valor.

O ligante asfáltico deverá ser aquecido a uma temperatura, tal que, no espalhamento, se enquadre nos limites de viscosidade especificados.

A imprimação será medida através da área efetivamente executada em metros quadrados, de acordo com projeto, incluídas todas as operações e encargos necessários a execução da imprimação, abrangendo armazenamento, perdas e transporte do ligante asfáltico.

3.4 - Pintura de Ligação

Consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso, antes da execução de um revestimento betuminoso, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

O material betuminoso a empregar será emulsão asfáltica tipo RR - 2C.

Os equipamentos convencionais utilizados neste tipo de serviço são:

Veículos especiais para a distribuição do ligante, caminhões pipa, tanque móvel de aquecimento e distribuição, compressores de ar (quando necessário).

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros de pequenas superfícies e correções localizadas.

A taxa escolhida será aquela que permita a ruptura em no máximo uma (1) hora, dependendo da temperatura ambiente, determinado por experiência nas quais serão feitas aplicações com taxas compreendidas entre 0,4 e 0,8 litros de RR – 2C por metro quadrado, adotado 0,6 l/m².

A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo, em função da relação temperatura – viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento.

A pintura de ligação será medida através da área efetivamente executada em metros quadrados de acordo com projeto, incluídas todas as operações e encargos necessários a execução da pintura de ligação, abrangendo, perdas e transporte do ligante betuminoso.

3.5 - Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)

O concreto asfáltico consistirá de uma camada de mistura compreendendo agregado, asfalto e filler devidamente dosada, misturada e homogeneizada em usina, espalhada e comprimida a quente.

Considerou-se Concreto Betuminoso Usinado a Quente, incluso usinagem e aplicação, com espessura média de 5,0 cm compactado.

Para execução, considerar as faixas de trabalho sugeridas, para não haver perda do I. S.C dos materiais. (-1,0 a +1,0% da umidade ótima).

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C, acima da temperatura do ligante asfáltico. A temperatura de aplicação do CBUQ será aquela na qual a viscosidade Engler situe-se em uma faixa de 25 + ou - 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106°C.

As misturas de CBUQ devem ser distribuídas somente quando a temperatura ambiente se encontrar acima de 10°C, e com o tempo não chuvoso.

Deverão ser respeitadas as espessuras do projeto. Os ensaios Marshall são indispensáveis ao controle de qualidade desta capa, bem como o teor de betume para se evitarem exudações / desagregações, e granulometria para que se possa ter a certeza de que o material utilizado esteja na faixa especificada.

Durante a execução, poderá ser feito diariamente o controle de acabamento da superfície de revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00 metros e outra de 0,90 metros, colocadas em ângulo reto paralelamente ao eixo da rua, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5 cm, quando verificada com qualquer das réguas. Quando da aplicação, deverá estar seco e isento de grumos.

Os equipamentos convencionais utilizados, neste tipo de serviço são: caminhões basculantes, vibro - acabadora auto propelida; rolo vibratório liso e rolo auto propulsor de Pneus.

O CBUQ será medido através da massa da mistura aplicada, em toneladas, conseguida pela diferença de pesagem dos caminhões antes e depois de carregados.

A distância que compreende a usina até os respectivos trechos de pavimentação possui 3.200 metros aproximadamente.

4.0 - DRENAGEM PLUVIAL

4.1 - Sarjeta Triangular de Concreto

A sarjeta deve ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolva atividades na faixa anexa. O preparo e a regularização da superfície de

assentamento são executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para o dispositivo, ou seja, deverá ser moldada in loco. A superfície de assentamento deve ser firme e bem desempenada. Para marcação das sarjetas, utilizar gabaritos constituídos de guias de madeiras servindo de referência para a concretagem, cuja seção transversal corresponde as dimensões e forma de cada dispositivo, espaçando estes gabaritos em 2 m no máximo. Deve-se ter atenção especial para a uniformidade da escavação entre guias, de forma a garantir igual espessura do revestimento em qualquer seção.

A concretagem deverá respeitar o plano executivo, prevendo lançamento em panos alternados para evitar trincas. O espalhamento e acabamento do concreto será feito com apoio da régua de desempeno no próprio concreto dos panos adjacentes. A resistência do concreto deverá ter FCK mínimo de 15 Mpa.

4.2 - Transposição de Segmentos de Sarjeta

Dispositivo destinado para dar acesso as propriedades ou vias laterais da via, permitindo que os veículos passem pelas sarjetas sem causar danos aos dispositivos de drenagem ou a interrupção do fluxo canalizado.

Na transposição de segmentos de sarjeta com tubos de concreto devem ser obedecidas as etapas executivas descritas a seguir:

- Escavação, de forma a comportar o dispositivo selecionado;
- Fazer o apiloamento da superfície a comportar dispositivo selecionado, umedecendo o solo;
- Execução da porção inferior do berço com concreto de resistência $f_{ck} \geq 25$ MPa, em espessura de 10cm;
- Assentamento, travamento e rejuntamento dos tubos;
- Complementação do envolvimento do tubo com o mesmo tipo de concreto da porção inferior, obedecendo à geometria prevista no projeto-tipo e a um recobrimento mínimo sobre a geratriz superior de 10cm;
- Moldagem do trecho de transição na entrada e na saída do dispositivo;
- O rejuntamento deve ser feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3;

Especial atenção deve ser tomada para evitar que o dispositivo fique excessivamente alto, dificultando o acesso de veículos, pondo em risco a segurança do trânsito. A execução das etapas acontecerá com utilização de solo existente na via, juntamente do agente estabilizador, através do uso de equipamentos móveis no próprio leito da estrada.

A Contratada deverá fornecer todo equipamento, material e ferramental necessários à execução da prestação de serviço, conforme este memorial descritivo, devendo conservar sempre limpo o local onde ocorrerá a prestação dos serviços.

4.3 - Boca para Bueiro

São dispositivos a serem executados nos limites dos bueiros transversais, com o objetivo de captar as águas pluviais e conduzi-las à rede condutora, bem como proteger as laterais de jusante e montante dos mesmos e serão construídas em concreto armado, e compreenderá as seguintes etapas:

- Escavação e remoção do material existente e excedente, de forma a comportar e conformar o local de execução da boca.

- As bocas serão construídas nos bueiros BSTC transversais com seção circular Ø 1000mm, conforme necessidade e característica do local. Deverão seguir o Projeto de Drenagem Pluvial.

5.0 - “PASSEIOS”

5.1 - Compactação de Aterro dos passeios

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito do passeio a ser pavimentado. Nestes locais é necessário ter uma base compacta, devem-se realizar os cortes e posteriormente a isso efetuar o espalhamento manualmente e a compactação de material de 1ª categoria em camadas com no máximo 10 cm de espessura. O material deverá ser extraído de empréstimos e ou jazidas.

Uma nova camada somente é colocada quanto a anterior tiver sido completamente compactada, até atingir a cota 7,0 cm abaixo do topo do meio-fio instalado no caso do uso de camada de brita. A sua superfície deverá estar com declividade transversal entre 1% e 2% em direção ao meio-fio junto a pista de rolamento.

A execução do pavimento dos passeios deverá respeitar a recomendação específica das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT referentes aos respectivos materiais e sistemas construtivos, inclusive os seus instrumentos de controle de qualidade e garantia como a ABNT NBR 12255. As rampas para acesso de veículos ou demais nivelamentos entre a calçada e as edificações deverão ser acomodadas na parte interna do terreno (após o muro). É proibido construir rampas para veículos na faixa de circulação da calçada, pois dificultam ou impedem a circulação segura dos pedestres e das pessoas com mobilidade reduzida. Diante destas considerações iniciais, a CONTRATADA

deverá verificar a necessidade de rebaixamento e/ou adequação das guias e tomar as providências cabíveis perante aos órgãos públicos para sua execução consultando-os sempre em caso de quaisquer dúvidas.

5.2 - Lastro de Material Granular, Espessura de 5cm

O pavimento inicia-se pelo espalhamento da camada de brita 0, este deverá atender às normas técnicas brasileiras pertinentes, estar limpo e isento de matéria orgânica. Este material deve ser jogado seco, limpo e solto (sem compactar) entre as guias de aço ou de madeira para depois ser sarrafeada com a régua que corre sobre as guias. A espessura dessa camada deverá ser de 5,0 cm de maneira que a superfície resultante fique uniforme e visualmente harmônica, evitando-se, inclusive, a presença de poças d'água após precipitações de chuva. A largura a ser executada será de 1,50 metros a partir do meio fio.

6.0 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e, eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de regulamentar, advertir ou indicar, uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

6.1 - Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, com película retrorrefletiva tipo I e SI

As placas de regulamentação são confeccionadas em chapa de aço planas com espessura de 1,25 mm de bitola # 18, chapa de aço cortado e furadas, adesivadas com material refletivo de acordo com as cores e padrões do CONTRAN. Chapa com antiferrugem e pintadas pelo processo eletrostático a pó e curadas a uma temperatura de 200°C. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes. As placas na face principal com fundo refletorizado com partícula Grau Técnico (GT) e as legendas confeccionadas também com película GT, semi refletiva.

6.2 Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, com película retrorrefletiva tipo I e SI

As placas de advertência são confeccionadas em chapa de aço planas com espessura de 1,25 mm de bitola # 18, chapa de aço cortado e furadas, adesivadas com material refletivo de acordo com as cores e padrões do CONTRAN. Chapa com antiferrugem e pintadas pelo processo eletrostático a pó e curadas a uma temperatura de 200°C. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes. As placas na face principal com fundo refletorizado com partícula Grau Técnico (GT) e as legendas confeccionadas também com película GT, semi refletiva.

6.3 - Placa para Identificação Nome de Rua

Placas confeccionadas em chapa tratadas com antiferrugem e pintadas com fundo azul escuro e letras em branco, com dimensões de 0,45x0,25m. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes.

6.4 - Pintura Sobre Asfalto com Tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Microesferas de Vidro, Aplicação Mecânica

As faixas que tem a função de definir e orientar os pedestres ordenando-os e orientando os locais de travessia na pista, sendo estas executadas com tinta à base de resina acrílica com microesferas de vidro na cor branca.

A faixa contínua consiste na execução de linhas longitudinais que tem a função de definir os limites da pista de rolamento e de orientar a trajetória dos veículos, ordenando-os por faixas de tráfego, e ainda de regulamentar as possíveis manobras laterais. Devem ter espessura de 0,6 mm e padrão 3,09 da ABNT.

No eixo da pista, deverá ser executada uma sinalização horizontal na cor amarelo “ambar”, simples e contínua (conforme projeto em anexo), com 15 cm de largura, delimitando as faixas de sentidos opostos.

Nas laterais da pista de rolamento deverá ser executada uma faixa na cor branca, e contínua, também com 15 cm de largura, delimitando os bordos da via.

A lombada deve ser pintada com tinta à base de resina acrílica com microesferas de vidro, na cor amarela.

A sinalização deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado. Dimensões das faixas de pedestre, lombada e faixa contínua deveram ser executadas conforme detalhe e especificações no projeto de Sinalização de Trânsito.

7.0 - EXECUÇÃO E CONTROLE

7.1 - Responsabilidades

a) Fica reservado ao CONTRATANTE/MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretaria de Obras e Serviços, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial, e nos demais e que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou outros elementos fornecidos.

b) Na existência de serviços não descritos, a CONTRATADA/EMPRESA somente poderá executá-los após aprovação da FISCALIZAÇÃO. A omissão de qualquer procedimento ou norma neste memorial, no projeto básico, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA/EMPRESA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes, e demais pertinentes.

c) Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA/EMPRESA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, do contrato, do projeto básico, das especificações técnicas, do memorial, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes citadas ou não neste memorial.

d) Caso haja discrepâncias, as condições especiais do contrato, especificações técnicas gerais e memoriais predominam sobre o projeto básico e detalhes específicos, devendo o fato, de qualquer forma, ser comunicado com a devida antecedência à FISCALIZAÇÃO, para as providências e compatibilizações necessárias.

e) As especificações do projeto e memorial descritivo destinam-se a descrição e a execução dos serviços completamente acabados nos termos deste memorial e objeto da contratação, e com todos os elementos em perfeito funcionamento, de primeira qualidade e bom acabamento. Portanto, estes elementos devem ser considerados complementares entre si, e o que constar de um dos documentos é tão obrigatório como se constasse em todos os demais.

f) O responsável técnico da CONTRATADA/EMPRESA deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO.

g) A CONTRATADA deverá visitar o local dos serviços e inspecionar as condições gerais do terreno, as alimentações das instalações/redes, passagens, redes existentes, taludes, árvores existentes, passeios existentes, cercas existentes, etc., bem como verificar as demais especificações do projeto, comparando-as com as medidas e níveis "In Loco", pois deverá constar da proposta todos os itens necessários à execução total dos serviços, não cabendo,

após assinatura do contrato nenhum termo aditivo visando acrescentar itens ou quantitativos previstos inicialmente.

h) Deverá ser apresentado pela empresa CONTRATADA um relatório semanal “Plano de Trabalho”, com a descrição dos serviços executados, bem como a comprovação dos mesmos através de fotos datadas anexadas ao relatório.

Sempre que solicitados deverão ser apresentados ensaios fornecidos pelo fabricante e/ou fornecidos pela contratada para comprovar atendimento as normas técnicas vigentes, com a obrigação de ser acompanhados de Parecer Técnico, com a respectiva RRT/ART.

i) A empresa contratada terá a obrigação de apresentar um Laudo Técnico de Controle Tecnológico do pavimento asfáltico. Este Laudo deverá conter ART e parecer conclusivo e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

8.0 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

a) Os serviços serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela Administração Municipal de Major Vieira/SC, através de sua Secretaria de Obras e Serviços e ainda através do setor de engenharia da AMPLANORTE e ou sucessoras, o qual será doravante, aqui designado FISCALIZAÇÃO.

b) A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA, deverá estar sempre a cargo de um profissional, devidamente habilitado e registrado no CREA, com visto no Estado de Santa Catarina, que no caso da CONTRATADA deverá ser o responsável técnico mediante emissão de **ART** (anotação de responsabilidade técnica).

9.0 - LIMPEZA FINAL DA OBRA

Após a conclusão dos serviços será feita limpeza final em toda a obra com remoção de todo o entulho, lixo e sobras de materiais. Será efetuada a limpeza de todas as áreas pavimentadas (ruas e passeios) que serão varridos e lavados.

10.0 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Concluídos todos os serviços, objetos de certame licitatório, se estiverem em perfeitas condições atestados pela FISCALIZAÇÃO, e depois de efetuada a inspeção geral, bem como recebida toda a documentação exigida nos termos contratuais, será recebida através de Termo de Recebimento, emitido juntamente com a última medição.

11.0 - ESTUDO HIDROLÓGICO

11.1 - Introdução

O objetivo é estabelecer metodologia, procedimentos e forma de apresentação de estudos hidrológicos, de modo a fornecer subsídios para o planejamento da obra e determinação das vazões de dimensionamento das estruturas hidráulicas e dos dispositivos de drenagem para o projeto da via.

11.2 - Coleta de Dados

A seguir será apresentado as características da região, como clima, e pluviometria do município de Major Vieira, localizado no estado de Santa Catarina.

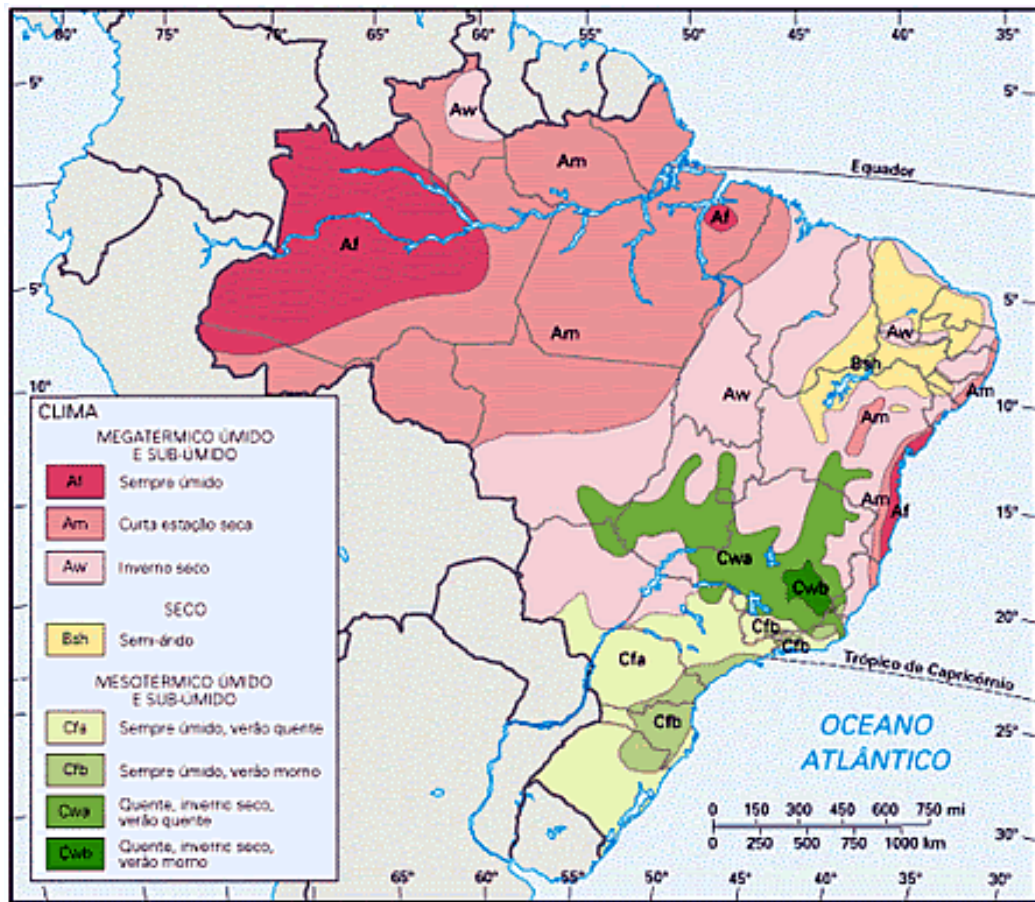
11.2.1 - Características da Região

A região objeto deste estudo localiza-se no município de Major Vieira. Localizada a uma latitude 26°22'04" S e a uma longitude 50°19'41" W, estando a uma altitude de 786 metros do nível do mar. Sua população estimada em 2019 foi de 8.103 habitantes. Possui uma área de 523,270 km².

11.2.2 - Tipos Climáticos

Pelo sistema de classificação climática de Köeppen, que preconiza a utilização de médias e índices numéricos dos elementos de temperatura e precipitação Major Vieira apresenta um clima quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. De acordo com a Köppen e Geiger a classificação do clima é Cfb. Major Vieira tem uma temperatura média de 19° C. Pluviosidade média anual de 1429 mm conforme Figura 1.1

Figura 1.1 – Classificação climática do Brasil



Dentro da classificação “Cf” é possível distinguir, dois subtipos:

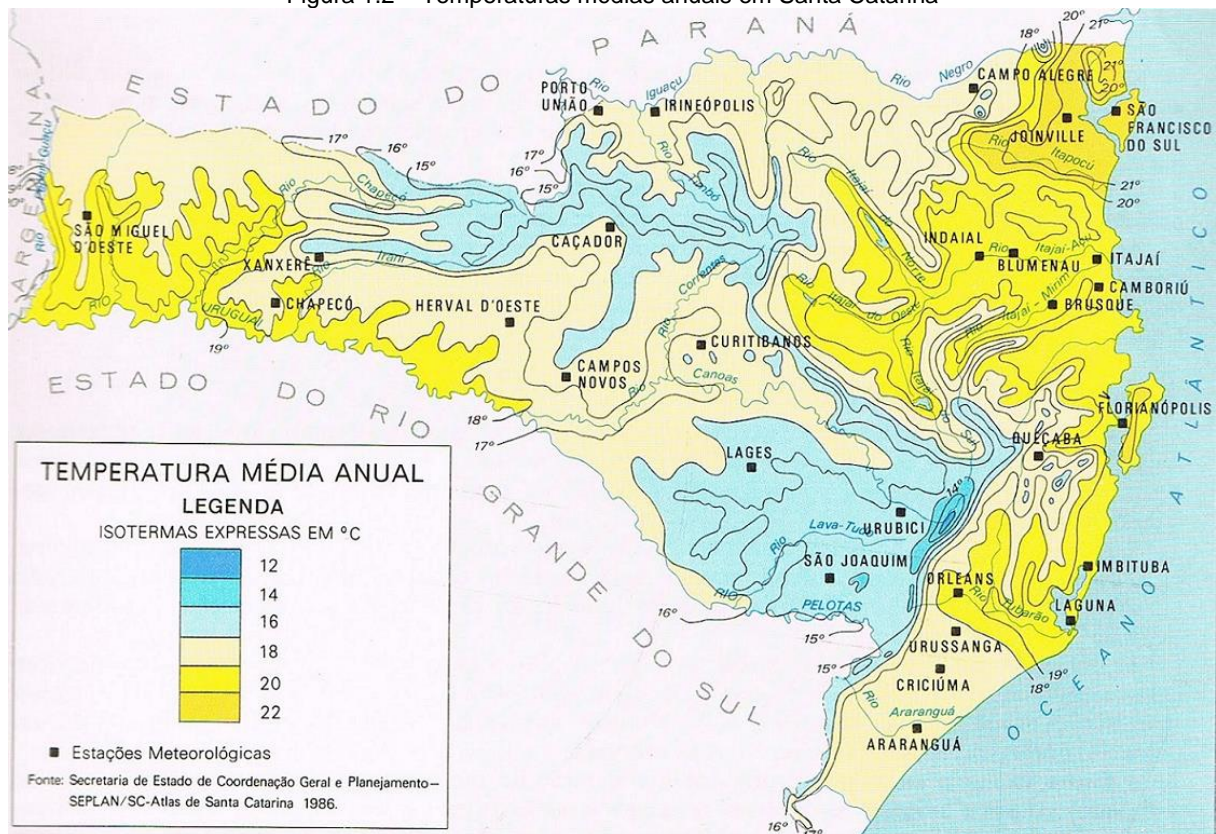
- Subtipo A - de verão quente: característico de zona litorânea onde as temperaturas médias dos meses mais quentes estão acima de 22° C;
- Subtipo B - de verão fresco: característico de zonas mais elevadas.

Conforme a classificação climática do estado de Santa Catarina, o local do projeto fica localizado na área “Cfb”. Sendo:

- “C” caracteriza-se por clima Úmido Mesotérmico, com latitudes médias;
- “f” chuvas bem distribuídas durante o ano;
- “b” verão morno.

Portanto, na região do projeto o clima é mesotérmico úmido com temperatura média anual entre 18°C e 20°C. A Figura 1.2 ilustra as temperaturas médias anuais em Santa Catarina.

Figura 1.2 – Temperaturas médias anuais em Santa Catarina



Fonte: GEO Conceição, 2012.

11.2.3 - Dados Pluviométricos

Para a caracterização do regime pluviométrico da região foram coletados os dados da estação da cidade vizinha de Monte Castelo, cujas características climáticas sejam muito semelhantes. A estação fica localizada no Distrito de Residência Fuck, situada no município de Monte Castelo. A seguir segue os dados da estação:

- Código: 02650015
- Bacia do Rio Paraná
- Latitude: 26°42'37" S – Longitude: 50°17'27" W
- Altitude: 790 metros

11.2.4 - Precipitações Mensais

A partir das tabelas a seguir, observa-se que a chuva ao longo do ano é bem distribuída, com a média de precipitação mensal variando entre 97,85mm no mês de Abril a 186,77mm no mês de Outubro.

Tabela 1.1 – Precipitações mensais

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1977	205,10	103,20	217,90	81,60	19,00	75,60	82,00	118,60	42,80	257,40	172,40	112,40	1488,00
1978	117,80	104,00	173,40	0,00	52,40	58,40	140,00	77,60	114,80	142,60	96,80	184,80	1262,60
1979	30,80	108,60	53,00	114,80	233,40	33,30	93,60	60,80	186,60	296,60	137,40	224,20	1573,10
1980	174,80	154,40	143,80	91,00	86,40	67,40	233,20	184,80	141,20	168,40	80,20	317,80	1843,40
1981	173,20	150,40	75,60	53,20	20,00	38,00	51,00	83,60	85,60	121,40	182,90	239,40	1274,30
1982	70,70	194,20	153,90	7,90	138,00	165,00	125,80	116,00	8,60	224,80	358,20	201,20	1764,30
1983	190,40	203,80	148,30	160,60	325,60	203,10	642,90	73,50	210,50	85,70	166,70	246,00	2657,10
1984	97,00	54,00	235,00	94,20	79,40	161,80	83,80	303,20	123,40	63,20	167,80	121,70	1584,50
1985	107,70	272,70	92,30	148,40	33,20	28,60	91,00	22,80	120,00	114,00	78,20	49,40	1158,30
1986	253,20	168,50	80,00	115,80	106,30	15,90	43,30	71,50	70,10	86,70	182,90	198,10	1392,30
1987	212,50	153,80	30,90	74,10	259,40	105,40	66,00	119,10	51,10	182,60	47,40	139,60	1441,90
1988	224,20	146,90	82,10	142,60	332,20	96,50	4,20	19,00	143,90	219,20	48,40	183,20	1642,40
1989	262,40	233,90	188,30	107,90	126,30	65,30	136,20	57,90	242,80	141,40	70,40	60,00	1692,80
1990	282,30	171,00	172,40	117,30	162,60	177,90	166,40	118,60	155,80	209,40	108,80	96,40	1938,90
1991	145,40	31,40	113,80	51,60	49,20	215,70	78,90	139,80	31,40	204,70	99,30	211,20	1372,40
1992	110,90	167,00	294,60	49,10	461,00	155,40	123,30	124,90	105,30	28,30	88,30	55,80	1763,90
1993	143,00	165,60	149,20	26,10	179,00	47,30	120,90	11,20	350,40	146,00	89,30	96,20	1524,20
1994	44,30	320,40	75,20	131,10	155,40	160,80	173,90	40,90	63,10	139,10	225,60	153,90	1683,70
1995	180,80	180,80	58,90	32,50	0,70	30,20	114,20	148,80	66,00	231,00	129,20	94,90	1268,00
1996	54,00	98,40	239,50	30,00	95,00	216,00	127,50	33,10	209,20	156,70	51,10	199,30	1509,80
1997	257,50	176,00	74,90	37,40	82,00	155,60	54,30	186,30	130,50	294,40	318,20	152,10	1919,20
1998	183,60	182,50	301,40	321,90	72,20	85,70	185,40	270,60	296,10	198,90	40,70	96,60	2235,60
1999	103,10	237,80	135,90	108,50	63,40	110,50	203,50	12,20	107,40	220,00	67,50	116,70	1486,50
2000	175,10	171,40	156,90	69,40	69,60	114,30	111,80	110,50	249,40	199,50	79,90	206,00	1713,80
2001	187,00	228,10	123,00	165,60	168,80	92,40	111,00	61,60	155,30	206,40	165,40	150,60	1815,20
2002	149,00	129,70	160,90	105,40	94,60	51,30	91,40	81,90	161,80	262,80	213,10	99,50	1601,40
2003	74,10	220,90	141,20	58,30	49,90	105,40	59,30	21,60	64,10	141,60	88,20	170,20	1194,80
2004	93,90	133,20	95,20	69,40	149,50	83,50	167,80	47,50	95,20	294,60	80,40	86,90	1397,10
2005	157,60	74,60	94,90	156,80	220,20	75,80	63,50	134,30	237,90	249,00	59,90	21,90	1546,40
2006	224,60	76,80	142,50	18,30	15,70	21,90	49,60	72,80	135,20	81,00	203,30	114,60	1156,30
2007	143,10	153,20	125,40	164,50	214,30	16,90	163,30	51,40	104,90	228,30	126,10	164,70	1656,10
2008	161,90	132,10	164,20	112,10	35,80	98,40	19,00	63,30	127,90	305,20	182,70	55,90	1458,50
2009	152,20	200,30	34,20	51,60	82,60	54,30	163,00	146,90	339,60	174,90	231,10	124,50	1755,20
2010	235,50	76,70	149,90	308,70	177,80	145,10	117,70	221,20	65,20	171,50	142,10	220,90	2032,30
2011	368,70	365,20	131,80	71,10	48,80	127,30	233,50	295,40	223,60	227,10	116,80	64,00	2273,30
2012	265,90	253,40	38,10	156,50	58,80	152,90	183,40	19,40	86,30	235,60	72,30	256,40	1779,00
2013	119,60	155,10	137,90	62,90	73,90	247,60	117,90	127,90	306,90	115,50	72,10	111,60	1648,90
2014	255,30	163,30	214,70	89,20	82,50	485,30	61,90	81,40	214,20	76,30	154,30	145,10	2023,50
2015	185,60	164,50	170,20	58,60	127,10	135,20	201,80	104,70	212,70	382,30	208,80	219,20	2170,70
Mínima	30,80	31,40	30,90	0,00	0,70	15,90	4,20	11,20	8,60	28,30	40,70	21,90	1156,30
Máxima	368,70	365,20	301,40	321,90	461,00	485,30	642,90	303,20	350,40	382,30	358,20	317,80	2657,10
Média	168,56	166,10	137,73	97,85	123,13	114,79	129,67	103,50	149,66	186,77	133,44	147,77	1658,97

Tabela 1.2 – Dias de chuva

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1977	17,0	9,0	16,0	7,0	6,0	7,0	6,0	10,0	5,0	11,0	12,0	9,0
1978	12,0	9,0	8,0	0,0	3,0	4,0	6,0	4,0	4,0	6,0	10,0	8,0
1979	1,0	8,0	5,0	5,0	10,0	4,0	8,0	3,0	8,0	13,0	6,0	12,0
1980	9,0	7,0	8,0	2,0	6,0	5,0	10,0	10,0	10,0	16,0	7,0	18,0
1981	17,0	9,0	7,0	5,0	3,0	4,0	5,0	7,0	8,0	11,0	11,0	10,0
1982	6,0	14,0	13,0	4,0	5,0	13,0	10,0	11,0	2,0	12,0	13,0	13,0
1983	12,0	13,0	7,0	11,0	17,0	13,0	20,0	8,0	13,0	9,0	11,0	19,0
1984	11,0	4,0	14,0	9,0	8,0	12,0	6,0	17,0	9,0	10,0	15,0	17,0
1985	12,0	24,0	16,0	16,0	8,0	7,0	9,0	9,0	11,0	14,0	11,0	11,0
1986	18,0	16,0	10,0	13,0	12,0	5,0	11,0	7,0	10,0	6,0	12,0	15,0
1987	9,0	12,0	3,0	10,0	16,0	10,0	9,0	9,0	11,0	14,0	11,0	12,0
1988	15,0	16,0	7,0	14,0	21,0	10,0	2,0	3,0	9,0	12,0	5,0	14,0
1989	18,0	13,0	14,0	10,0	9,0	10,0	9,0	7,0	11,0	7,0	7,0	8,0
1990	22,0	10,0	12,0	9,0	6,0	7,0	13,0	6,0	12,0	18,0	12,0	8,0
1991	8,0	6,0	12,0	8,0	6,0	8,0	5,0	11,0	3,0	11,0	11,0	9,0
1992	6,0	14,0	19,0	4,0	15,0	11,0	11,0	13,0	6,0	8,0	13,0	10,0
1993	15,0	18,0	15,0	7,0	7,0	7,0	12,0	4,0	19,0	17,0	7,0	13,0
1994	10,0	23,0	9,0	10,0	11,0	9,0	11,0	1,0	11,0	20,0	14,0	13,0
1995	13,0	13,0	11,0	5,0	1,0	11,0	8,0	3,0	10,0	17,0	10,0	13,0
1996	7,0	4,0	8,0	1,0	7,0	12,0	8,0	4,0	9,0	13,0	6,0	13,0
1997	18,0	14,0	5,0	5,0	9,0	9,0	8,0	11,0	11,0	19,0	26,0	13,0
1998	18,0	23,0	20,0	16,0	13,0	17,0	23,0	16,0	20,0	17,0	10,0	6,0
1999	14,0	17,0	11,0	16,0	9,0	11,0	14,0	7,0	9,0	13,0	15,0	14,0
2000	20,0	19,0	16,0	7,0	14,0	18,0	12,0	11,0	19,0	22,0	18,0	21,0
2001	21,0	20,0	20,0	14,0	10,0	13,0	14,0	14,0	20,0	11,0	19,0	17,0
2002	20,0	15,0	18,0	15,0	18,0	16,0	14,0	15,0	14,0	21,0	17,0	20,0
2003	14,0	16,0	16,0	7,0	9,0	14,0	12,0	9,0	14,0	19,0	11,0	16,0
2004	15,0	12,0	14,0	17,0	15,0	7,0	16,0	2,0	10,0	11,0	9,0	14,0
2005	16,0	10,0	9,0	18,0	11,0	12,0	7,0	8,0	20,0	21,0	12,0	10,0
2006	14,0	14,0	9,0	3,0	7,0	4,0	9,0	4,0	11,0	16,0	13,0	12,0
2007	14,0	13,0	12,0	9,0	13,0	4,0	10,0	7,0	10,0	17,0	8,0	14,0
2008	22,0	14,0	15,0	12,0	2,0	11,0	2,0	12,0	11,0	18,0	20,0	7,0
2009	14,0	18,0	7,0	7,0	7,0	8,0	17,0	7,0	17,0	17,0	16,0	9,0
2010	19,0	8,0	12,0	8,0	12,0	7,0	8,0	10,0	6,0	13,0	16,0	19,0
2011	22,0	21,0	18,0	9,0	7,0	8,0	14,0	13,0	6,0	10,0	9,0	8,0
2012	13,0	10,0	6,0	11,0	6,0	11,0	11,0	4,0	8,0	13,0	10,0	14,0
2013	9,0	13,0	12,0	2,0	11,0	13,0	8,0	5,0	13,0	12,0	8,0	7,0
2014	14,0	10,0	13,0	9,0	9,0	14,0	6,0	5,0	12,0	5,0	10,0	14,0
2015	23,0	18,0	12,0	7,0	9,0	10,0	14,0	5,0	15,0	18,0	19,0	20,0
Mínima	1,0	4,0	3,0	0,0	1,0	4,0	2,0	1,0	2,0	5,0	5,0	6,0
Máxima	23,0	24,0	20,0	18,0	21,0	18,0	23,0	17,0	20,0	22,0	26,0	21,0
Média	14,3	13,5	11,8	8,8	9,4	9,6	10,2	8,0	10,9	13,8	12,1	12,8

11.2.5 - Precipitações Diárias e Anuais

Com base na Tabela abaixo e seu respectivo período de observação, constata-se que a precipitação anual tem uma média de aproximadamente 1.659,0 mm.

Tabela 1.3 – Precipitações anuais

Ano	Máxima Precipitação Diária	Dias de chuva	Precipitação Total Anual
1977	63,2	115,0	1.488,0
1978	77,2	74,0	1.262,6
1979	78,4	83,0	1.573,1
1980	76,4	108,0	1.843,4
1981	87,6	97,0	1.274,3
1982	63,6	116,0	1.764,3
1983	93,6	153,0	2.657,1
1984	90,2	132,0	1.584,5
1985	94,6	148,0	1.158,3
1986	83,6	135,0	1.392,3
1987	75,6	126,0	1.441,9
1988	55,4	128,0	1.642,4
1989	82,3	123,0	1.692,8
1990	80,5	135,0	1.938,9
1991	118,6	98,0	1.372,4
1992	112,6	130,0	1.763,9
1993	81,1	141,0	1.524,2
1994	49,8	142,0	1.683,7
1995	47,0	114,0	1.268,0
1996	86,0	92,0	1.509,8
1997	84,3	148,0	1.919,2
1998	64,9	199,0	2.235,6
1999	114,8	150,0	1.486,5
2000	61,5	197,0	1.713,8
2001	80,4	193,0	1.815,2
2002	67,9	203,0	1.601,4
2003	56,1	157,0	1.194,8
2004	83,1	142,0	1.397,1
2005	91,3	154,0	1.546,4
2006	67,9	116,0	1.156,3
2007	73,0	131,0	1.656,1
2008	48,7	146,0	1.458,5
2009	78,0	144,0	1.755,2
2010	102,6	138,0	2.032,3
2011	76,1	145,0	2.273,3
2012	125,6	117,0	1.779,0
2013	105,1	113,0	1.648,9
2014	119,2	121,0	2.023,5
2015	93,3	170,0	2.170,7
Média	-	-	1.659,0

11.3 - Cálculo da Vazão

Para a determinação das vazões de projeto foi utilizado o Método Racional para bacias até 10 km².

11.3.1 - Cálculo da Vazão Pelo Método Racional

O método é usado para calcular a vazão de pico de uma determinada bacia, considerando uma seção de estudo. A determinação do tempo de concentração é de fundamental importância no Método Racional, ao lado do coeficiente de escoamento superficial. O cálculo das vazões é dado pela expressão:

$$Q = \frac{CIA}{360} (m^3/s)$$

Onde:

Q – pico de vazão em m³/s;

C – coeficiente de deflúvio superficial;

I – intensidade da chuva, em mm/h para o tempo de concentração e o período de recorrência considerado;

A – área da bacia em ha.

tc - Tempo de Concentração

O método racional se baseia no princípio que a vazão máxima, provocada por uma chuva de intensidade uniforme, ocorre quando todas as partes da bacia passam a contribuir para seção de drenagem.

O tempo necessário para que isto aconteça, medido a partir da chuva, é o que se denomina tempo de concentração (tc).

De maneira geral, o tempo de concentração de uma bacia qualquer é função dos seguintes parâmetros:

- área da bacia;
- comprimento e declividade do canal mais longo (principal);
- comprimento ao longo do curso principal, desde o centro da bacia até a seção de saída considerada;
- forma da bacia;
- declividade média do terreno;
- declividade e comprimento dos afluentes;

- rugosidade do canal;
- tipo de recobrimento vegetal;
- distância entre o fim do canal e o espigão.

O tempo de concentração não é constante para uma dada área, mas varia com o estado de recobrimento vegetal e a altura e distribuição da chuva sobre a bacia. Mas, para períodos de recorrência superiores a 10 anos, a influência da vegetação parece ser desprezível.

Existem fórmulas empíricas e ábacos que fornecem o valor desse tempo em função das características físicas da bacia.

Segue a fórmula adotada, sendo que as características mais frequentemente utilizadas são o comprimento e a declividade do curso principal.

Fórmula *do California Culverts Practice, California Highways and Public Works* ou KIRPICH:

$$t_c = 57 \left(\frac{L^3}{H} \right)^{0,385}$$

Onde:

t_c - o tempo de concentração, em minutos;

L - a extensão do talvegue, em quilômetros;

H - a diferença de nível entre o ponto mais afastado da bacia e o ponto considerado, em metros.

Quando o t_c calculado for menor do que 10 minutos, adota-se t_c de projeto = 10 minutos.

11.3.2 T - Período de Recorrência ou Retorno

Para o projeto em questão serão adotados os seguintes períodos de retorno:

- obras de drenagem superficial 10 anos
- tubulações trecho urbano 10 anos
- bueiros 15 anos
- pontes 100 anos

11.3.3 C - Coeficiente de escoamento

Do volume precipitado sobre a bacia, apenas uma parcela atinge a seção de vazão, sob a forma de escoamento superficial, pois parte é interceptada ou umedece o solo ou preenche as depressões ou se infiltra rumo aos depósitos subterrâneos.

O volume escoado é, então, um resíduo do volume precipitado e a relação entre os dois é o que se denomina coeficiente de deflúvio ou de escoamento.

As perdas podem oscilar sensivelmente de uma para outra precipitação, variando conseqüentemente o coeficiente de deflúvio. Em particular, a porcentagem da chuva que aparece como escoamento superficial aumenta com a intensidade e a duração de precipitação.

No método racional utiliza-se um coeficiente C , que, multiplicado pela intensidade da precipitação do projeto, fornece o pico da cheia considerada por unidade de área. Portanto, não se trata de uma relação de volumes escoado e precipitado, mas o coeficiente de deflúvio, nesse caso, está indicando a relação entre a vazão máxima escoada e a intensidade da precipitação.

O coeficiente de deflúvio depende da distribuição da chuva na bacia, da direção do deslocamento da tempestade em relação ao sistema de drenagem, da precipitação, do tipo do solo, da utilização que se faz da terra, da rede de drenagem existente, da duração e intensidade da chuva.

O valor de C , por se tratar de uma relação de vazões, além de levar em conta todos esses fatores, deve considerar, ainda, o efeito do armazenamento e da retenção superficial sobre a descarga.

O coeficiente de deflúvio C não traduz simplesmente o resultado da ação do terreno sobre a precipitação, da qual resulta a descarga superficial, mas é mais completamente definido como a relação entre a vazão de enchente de certa frequência e a intensidade média da precipitação de igual frequência.

A escolha deste coeficiente depende muito do julgamento pessoal do engenheiro. Em geral, as superfícies não são homogêneas, não sendo, por isso conveniente adotar um único valor tirado de tabelas para toda a área de drenagem. O mais conveniente é adotar um coeficiente composto, cujo cálculo é executado em planilha. Este cálculo é a determinação da média ponderada para toda a área da bacia de drenagem, de todos os valores de C para as parcelas que o compõe.

Obviamente, na escolha do valor de C para o projeto, deverá ser considerado o efeito da urbanização crescente, da possibilidade de realização de planos urbanísticos municipais e de legislação local referente ao zoneamento e ocupação do solo. Deve-se escolher para valor de C , um valor que o mesmo teria em T anos. As tabelas na sequencia fornecem opções para o valor de C .

Tabela 1.6 – Coeficiente de escoamento “C” em áreas urbanas

CARACTERÍSTICAS	C (%)		
TERRENO ESTÉRIL MONTANHOSO - Material rochoso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação e altas declividades	80	a	90
TERRENO ESTÉRIL ONDULADO - Material poroso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação em relevo ondulado e com declividades moderadas.	60	a	80
TERRENO ESTÉRIL PLANO - Material rochoso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação e baixas declividades	50	a	70
PRADOS, CAMPINAS, TERRENO ONDULADO - Áreas de declividades moderadas, grandes porções de gramados, flores silvestres ou bosques, sobre um manto fino de material poroso que cobre o material não poroso.	40	a	65
MATAS DECÍDUAS, FOLHAGEM CADUCA - Matas e florestas de árvores decíduas em terreno de declividades variadas.	35	a	60
MATAS CONÍFERAS, FOLHAGEM PERMANENTE - Florestas e matas de árvores de folhagem permanente em terrenos de declividades variadas.	25	a	50
POMARES - Plantações de árvores frutíferas com áreas abertas cultivadas ou livres de qualquer planta a não ser gramados.	15	a	40
TERRENOS CULTIVADOS, ZONAS ALTAS - Terrenos cultivados em plantações de cereais ou legumes, fora de zonas baixas e várzeas.	15	a	40
FAZENDAS, VALES - Terrenos cultivados em plantações de cereais ou legumes, localizados em zonas baixas e várzeas.	10	a	40

Tabela 1.7 – Coeficiente de escoamento “C” em áreas suburbanas e rurais

CARACTERÍSTICAS	C (%)
Pavimento de concreto de cimento ou concreto asfáltico	75 a 95
Pavimentos de macadame betuminoso	65 a 80
Acostamento ou revestimento primário	40 a 60
Solo não revestido	20 a 90
Taludes gramados (2:1)	50 a 70
Prados gramados	10 a 40
Áreas florestais	10 a 30
Campos cultivados	20 a 40
Áreas comerciais, zonas de centro de cidade	70 a 95
Zonas em inclinações moderadas com aproximadamente 50% de área impermeável	60 a 70
Zonas planas com aproximadamente 60% de área impermeável	50 a 60
Zonas planas com aproximadamente 30% de área impermeável	35 a 45

Dair Kaczmarek

Eng^o Civil - Responsável Técnico
CREA/SC: 122404-8

Major Vieira, 29 de junho de 2022.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

1.1 TÍTULO DO PROJETO:

Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Estrada Geral de Colônia Ruthes – TR-02

1.2 OBJETO:

Pavimentação da localidade de Colônia Ruthes no Município de Major Vieira

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

O município de Major Vieira, localizada no planalto norte de Santa Catarina, possui uma área territorial de 520,816km², população de 8.156 pessoas (estimada – IBGE 2020) e um índice de desenvolvimento humano municipal de 0,690 (IBGE 2010), considerado médio.

Pertencente a microrregião do Contestado, possui a economia baseada na agricultura, principalmente no cultivo do fumo, feijão, milho e a soja. A fomicultura é considerada a principal alternativa de renda nos minifúndios rurais que compõem o maior porcentual na distribuição agrária do município.

Devido ao fato do município basear-se economicamente, a maioria da população é rural; sendo característico o desenvolvimento de um centro econômico nas localidades do município.

A comunidade de Colônia Ruthes, é um grande centro agrícola do município, sendo uma das maiores comunidades do município, tem proximidade da localidade com o centro do município, menos de 14km, as crianças em idade escolar são direcionadas para a escola Frei André Malinski na comunidade vizinha de Rio Novo de cima. O transporte dos estudantes é realizado com ônibus escolar do município.

Também na comunidade de Colônia Ruthes há um posto de saúde, onde a grande maioria da comunidade busca atendimento médico nesta unidade. À uma igreja em colônia Ruthes, bem como um cemitério na comunidade. Todo ano a comunidade faz como evento uma das maiores festa de padroeiro do município.

Devido à proximidade, da comunidade de Colônia Ruthes com a divisa de município com Monte Castelo, o desenvolvimento habitacional foi intensificado, assim, muitos moradores da região trabalham no centro de Monte Castelo, tanto no âmbito comercial, como no industrial.

Baseado nestes fatos, a pavimentação da referida comunidade auxiliaria na mobilidade urbana, trazendo mais economia ao município, pois facilitaria o acesso para aqueles que quiserem conhecer o a comunidade. Também traria mais segurança para as crianças, estudantes e motoristas do trecho, incentivando a educação. E por fim, melhoraria a mobilidade da conexão urbana-rural do município para aqueles que precisam trabalhar no centro do município, ou até mesmo para os agricultores da região que precisam acessar o centro do município quando necessitam utilizar os equipamentos urbanos, como bancos, hospital, etc.

1.4 OBJETIVOS:

- *Trazer qualidade de vida para os moradores e visitantes.*
- *Ajudar no escoamento da produção agrícola do município.*
- *Conectar o centro da cidade a localidades do município.*
- *Proporcionar bem estar a população usuária.*
- *Trazer segurança ao transporte escolar.*

1.5 BENEFICIÁRIOS:

- *Educação;*
- *Agricultura;*
- *População;*
- *Investidores;*
- *Visitantes.*

1.6 LOCALIZAÇÃO:

Estrada Geral de Colônia Ruthes

1.7 CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

As fiscalizações do projetos e execução do objeto, ficam a cargo da equipe técnica do município de Major Vieira.

2. PRODUTOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 AQUISIÇÃO DE BENS/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratação de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica)

Contratação de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica)			
Especificação do serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
<i>Construtora / Empresa de execução de serviços de engenharia</i>	<i>1,00</i>	<i>-</i>	R\$ 686.224,76

2.2 PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA/SERVIÇOS

- Possuir acervo técnico comprovando experiência anterior de realização de serviço compatível com o solicitado.*
- Comprovar a capacidade técnica dos profissionais envolvidos.*
- Comprovar qualidade dos materiais utilizados compatível com o solicitado.*
- Apresentar Certidão Negativa de Débitos.*
- Para começar a obra a empresa contratada deverá fornecer o Cadastro Nacional de Obras*

3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

3.1 METODOLOGIA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Licitação, modalidade: tomada de preço.

3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO

6 meses.

3.3 RESULTADOS ESPERADOS

Melhoria da mobilidade rural.

4. GERENCIAMENTO DO PROJETO

4.1 RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Nome do responsável: Dair Kaczmarek

Função: Engenheiro Civil

CREA/SC: 122404-8

4.2 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO

Fiscalização com medições semanais, fiscalização dos materiais empregados. Emissão de relatórios de fiscalização e planilhas de medição – responsabilidade por parte da equipe técnica da prefeitura Municipal de Major Vieira.

5. RECURSOS FINANCEIROS

5.1 QUADRO DE VALORES E FONTES

FONTE	VALORES		
	INVESTIMENTO	CUSTEIO	TOTAL
Concedente	<i>R\$ 500.000,00</i>		
Prefeitura Municipal	<i>R\$ 186.224,76</i>		
Total Geral	<i>R\$ 686.224,76</i>		

Major Vieira, 7 de junho de 2024.

Dair Kaczmarek
Engenheiro Civil

EDSON SIDNEI SCHROEDER
Prefeito Municipal

SIDNEI LEMOS SPHAIR
Secretário de Obras